



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

- 1 Ata da 43ª Reunião Ordinária do CBH-SJD, realizada na Associação NIPO Jalesense, em  
2 07 de março de 2014 às 09hs00min.

Relação dos membros dos Plenários – Presentes	
ENTIDADE	NOME
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB/Jales	Sílvio Beraldi
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP/Jales	Gilmar Rodrigues de Jesus
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/BTG	Eli Carvalho Rosa
Escritório de Desenvolvimento Rural - EDR/Jales	Neli Antonia Meneghini Nogueira
Secretaria da Saúde - Núcleo Jales	Luiz Euripedes de Carvalho
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB/Jales	Jordão Domingues M. M. Pagani
Companhia Energética de São Paulo - CESP	Antonio Carlos Aparecido Ehrenberg
Prefeitura Municipal de Aparecida D'Oeste	Izaias Aparecido Sanchez
Prefeitura Municipal de Dirce Reis	Roberto Carlos Visoná
Prefeitura Municipal de Pontalinda	Elves Carlos de Souza
Prefeitura Municipal de Rubinéia	Clevoci Cardoso da Silva
Prefeitura Municipal de São Francisco	Mauricio Honório de Carvalho
Prefeitura Municipal de São João das Duas Pontes	Nilza Bozeli Cezare
Prefeitura Municipal de Ilha Solteira	Bento Carlos Scaboza
Prefeitura Municipal de Palmeira D'Oeste	Luciano Angelo Esparapani
Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul	Armando Rossafa Garcia
Prefeitura Municipal de Guzolândia	p / Luiz Antonio Pereira de Carvalho
Prefeitura Municipal de Floreal	p / João Manoel de Castilho
Prefeitura Municipal de Urânia	p/ Francisco Airton Saracuzza
AERJ - Associação dos Engenheiros da Região de Jales	Sergio Yoshimi Nishimoto
Sindicato Rural de Jales	José Candeo
SITRUJA - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jales	Wilson Gilbeto Donda
Sindicato Rural - Sindicato Rural de Santa Fé do Sul	Adaulto Luiz Lopes
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"	Jefferson Nascimento de Oliveira
GRUPO PREAS - Grupo de Preservação Ambiental de Santa Fé do Sul	Suzana Eda Vila Rios
Sindicato Rural de Monte Aprazível	Diogo Martins Arruda
APRUPO - Associação de Produtores Rurais de Pontalinda	p/ Leonel Nunes Torres



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

3 Aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de 2014, às 09h:00 min., o Secretário Executivo  
4 do CBH - SJD, engº Eli Carvalho Rosa, Diretor do DAEE de Jales, deu início à 43ª Reunião  
5 Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, no auditório da  
6 Associação NIPO Jalesense, situado na Rua Quatorze, nº. 2427 – Jales/SP, onde  
7 cumprimentou e convidou a todos para ocuparem seus respectivos assentos. Na seqüência,  
8 o Secretário Executivo passou a palavra ao Presidente do CBH-SJD, Dr. Adaulto Luiz Lopes,  
9 e este, após cumprimentar a todos fez uma proposta para o Comitê, a qual considera fácil e  
10 simples, mas, ao mesmo tempo, complicada diante da dificuldade de se presidir este Comitê.

11 **No Comitê temos técnicos exercendo duas funções ao mesmo tempo, ora como membro da**  
12 **Câmara Técnica e ora como Agente Técnico do FEHIDRO. Por exemplo, é o caso do**  
13 **secretário executivo, o engº Eli Carvalho Rosa, que está na Câmara Técnica e tem a função**  
14 **de Agente Técnico do DAEE. O técnico analisa projetos dentro da Câmara Técnica e depois**  
15 **analisa novamente como Agente Técnico e faz vistorias dessas obras aprovadas pelo Comitê.**  
16 **A proposta é que os técnicos que exercem a função de Agente Técnico do CBH-SJD, a partir**  
17 **dessa proposta, não podem fazer parte da Câmara Técnica. Entendo que a função dos**  
18 **membros da Câmara Técnica é fazer análise dos projetos protocolados no Comitê e tomar**  
19 **decisões enquanto que o Agente Técnico tem a função de uma análise mais profunda dos**  
20 **projetos, após o contrato assinado pelo Banco do Brasil e Tomador, e ir a campo fazer**  
21 **vistorias. A proposta foi colocada em discussão e votação e não havendo manifestações em**  
22 **contrário, a mesma foi aprovada por unanimidade. O presidente do CBH-SJD, Dr. Adaulto Luiz**  
23 **Lopes, concluiu que a partir de agora está oficializado que o técnico que exerce a função de**  
24 **Agente Técnico do CBH-SJD não pode ser membro da Câmara Técnica desse Comitê.** Na

25 seqüência, o Presidente do CBH-SJD, submeteu à plenária a Ata da 42ª Reunião do CBH-  
26 SJD, e o Sr. José Candeco, membro do Sindicato Rural de Jales propôs a dispensa da sua  
27 leitura tendo em vista sua divulgação no site do comitê e no ato convocatório. A mesma foi  
28 aprovada por unanimidade pelos membros presentes. Em seguida o Dr. Adaulto Luiz Lopes,  
29 Presidente do CBH-SJD passou a palavra para o engº. Alessandro Nunes Ferreira,  
30 representante da APRUPO e Coordenador da Câmara Técnica de Educação Ambiental, para  
31 dar um informe à plenária. O engº. Alessandro Nunes Ferreira cumprimentou a todos e  
32 informou que no ano passado foi liberado recursos do Comitê para o Diálogo Interbacias de  
33 Educação Ambiental em Recursos Hídricos e contou com a participação de membros da  
34 Câmara Técnica de Educação Ambiental. Nesse evento foram apresentados trabalhos  
35 realizados nas escolas municipais, projetos desenvolvidos por ONGs, palestras, mini-cursos,  
36 oficinas e muitas reuniões. O engº. Alessandro Nunes Ferreira destacou que a Educação  
37 Ambiental deve ser inserida em todas as questões de recursos hídricos, pois existe a questão  
38 prioritária de garantir que os recursos hídricos estejam também disponíveis para as futuras  
39 gerações. Com esse objetivo, o Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos  
40 Hídricos, promoveu apresentação de trabalhos de cada Bacia Hidrográfica, cujos trabalhos  
41 foram apresentados pelos técnicos de suas respectivas regiões. É de suma importância que a  
42 Câmara Técnica de Educação Ambiental faça um levantamento do número de projetos que  
43 estão sendo desenvolvidos na área de educação ambiental, em nossa bacia hidrográfica, e  
44 apresentá-los em uma reunião conjunta com a Secretaria da Educação de nossa região. Outro  
45 objetivo é fazer a inserção da Educação Ambiental dentro dos projetos que são apresentados  
46 no Comitê, para solicitações de recursos do FEHIDRO, ou seja, qual a contribuição da  
47 Educação Ambiental que esses projetos, apresentados pelos Tomadores vão dar à Bacia  
48 Hidrográfica. Finalizando, o engº Alessandro Nunes Ferreira disse que será agendada uma  
49 reunião com o Grupo de Educação Ambiental (GTEA), para começarmos a cumprir esses dois  
50 itens que serão cobrados no Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos  
51 Hídricos, em setembro de 2014, na cidade de São Pedro/SP. O secretário executivo, engº Eli  
52 Carvalho Rosa, salientou que este é um comunicado da Coordenação da Câmara Técnica de  
53 Educação ambiental, que em breve estará marcando uma reunião para discussão das tarefas



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

54 que foram deixadas no ano passado em São Pedro. Informou ainda que haverá, em breve,  
55 uma reunião da Câmara Técnica de Cobrança da Água (GTECA), para que as discussões  
56 concernentes ao tema possam ser atualizadas e encaminhadas à Câmara Técnica de  
57 Cobrança (CTCOB) do CRH. A seguir anunciou o início das discussões e aprovações das  
58 deliberações propostas no edital de convocação. **Deliberação CBH-SJD nº. 138 de 07/03/14**  
59 – “Aprova transferência de saldo de recursos de investimento do FEHIDRO, ano de 2014, para  
60 o Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos”, que vai acontecer em  
61 São Pedro, no mês de setembro. O mesmo informou que anualmente é feito esse repasse de  
62 recursos financeiros do CBH-SJD para a organização do Diálogo Interbacias com a finalidade  
63 de cobrir as despesas dos participantes nesse evento. Anualmente transferimos esses  
64 recursos para que os técnicos do nosso Comitê participem desse evento. O Dr. Adaulto Luiz  
65 Lopes, presidente do CBH-SJD, disse que o valor desse investimento é da ordem de  
66 R\$21.000,00 (vinte e um mil reais) e coloca a deliberação em discussão, em seguida em  
67 votação e não havendo manifestação dos membros presentes foi aprovada por unanimidade.  
68 Dando seqüência, o engº Eli Carvalho Rosa, Secretário Executivo do CBH-SJD, coloca em  
69 apreciação a **Deliberação CBH-SJD nº. 139 de 07/03/14** – Indica Tomador para o:  
70 “Monitoramento Hidrológico do Rio São José dos Dourados”, FEHIDRO-2014, e dá outras  
71 providências. O Engº Eli Carvalho Rosa comentou que foi com bastante dificuldade, como já  
72 mencionado em outras reuniões, que conseguiu um Tomador para este empreendimento. O  
73 Sindicato Rural de Santa Fé do Sul, através de seu presidente, Dr. Adaulto Luiz Lopes, aceitou  
74 em ser o Tomador do Projeto: “Monitoramento Hidrológico do Rio São José dos Dourados”.  
75 Serão acrescentados dois pontos de monitoramento neste rio, onde atualmente temos apenas  
76 um ponto de monitoramento. A Coordenadoria de Recursos Hídricos do CRH tem pontuado os  
77 Comitês que estão investindo em monitoramento quali-quantitativo de seus rios e com isso  
78 resulta em mais recursos financeiros para a bacia hidrográfica. Daí a necessidade do nosso  
79 Comitê investir e aprimorar o monitoramento de nossa bacia hidrográfica. O CRH em São  
80 Paulo distribui anualmente os recursos para os Comitês, e para essa distribuição existem  
81 critérios, que são estabelecidos em forma de tarefas para cada Comitê. E uma das tarefas é a  
82 questão do monitoramento, ou seja, pretendemos aumentar o número de pontos, através do  
83 monitoramento hidrológico na nossa Bacia Hidrográfica. E depois disso, partiremos para outro  
84 ponto que é a questão do enquadramento dos corpos d’água, e assim iremos aos poucos  
85 cumprindo tarefas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH). Neste momento, Dr.  
86 Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, lembra que foi recebido uma planilha do CRH  
87 onde consta que nessa questão da cobrança da água nós estamos com zero (0) pontos, e  
88 que todos os Comitês já entregaram o estudo da fundamentação e já estão aprovados,  
89 alguns já estão até cobrando pelo uso da água, como por exemplo, o Comitê PCJ, o nosso  
90 está sendo o último Comitê para apresentar a fundamentação. O Engº Eli Carvalho Rosa,  
91 dando continuidade, disse que o critério de pontuação adotado pela CRHi, estabelece que o  
92 relatório da fundamentação, após aprovado pela CTCOB, estará apto a receber 06 (seis)  
93 pontos, caso contrário terá pontuação 0(zero). A condição do nosso Comitê, atualmente, está  
94 na fase de discussão, na GTECA, para finalizar o relatório da fundamentação da cobrança.  
95 Por isso, precisamos acelerar as reuniões da cobrança para encerrarmos essa fundamentação  
96 e encaminharmos para a Câmara Técnica da Cobrança (CTCOB) do CRH. Lembrando que  
97 temos esse monitoramento, cujo Tomador vai ser o Sindicato Rural de Santa Fé do Sul, mas  
98 não será ele o executor. Como já é do conhecimento dos senhores, pela legislação vigente, o  
99 Tomador não pode ser o executor. A partir daí surgiram reuniões com a UNESP/Ilha Solteira  
100 para discutirmos sobre esta questão. A UNESP/Ilha Solteira poderá realizar esse  
101 monitoramento assumindo a responsabilidade total desse projeto. Então Dr. Adaulto Luiz  
102 Lopes, Presidente do CBH-SJD coloca em discussão, em votação e a mesma foi aprovada por  
103 unanimidade. Em seguida, o engº Eli Carvalho Rosa, Secretário Executivo do CBH coloca em  
104 apreciação a **Deliberação CBH-SJD nº. 140 de 07/03/14** – “Indica prioridades de investimento



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

105 do FEHIDRO, ano de 2014, e dá outras providências”, e passa a palavra ao engº José Roberto  
106 Bóis - Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CTPLA), para que o  
107 mesmo apresente os resultados das análises dos projetos realizado pela Câmara Técnica. O  
108 engº José Roberto Bois, dá início cumprimentando a todos e sugere que sua explanação  
109 sobre a classificação e hierarquização, dos projetos que foram apresentados, nesse ano de  
110 2014, seja acompanhada pelo material impresso distribuído inicialmente. Lembrou que no ano  
111 de 2013 foi feita uma deliberação, a de número 137, que estipulava prazos para a Câmara  
112 Técnica e o Comitê na apresentação de Projetos, sendo até o dia 31/01/2014. E depois a  
113 Câmara Técnica teve de 03/02 a 28 /02/2014 para a análise e avaliação destes Projetos e até  
114 o dia 14/03/2014 para fazer a reunião ordinária, que é esta que está sendo realizada, então  
115 estamos dentro do cronograma estabelecido na deliberação 137/13. Fez a ressalva de que  
116 ainda não temos o valor, ou o montante que estará disponível para o Comitê neste ano, mas  
117 dentre os projetos apresentados para esse ano a Câmara Técnica fez a hierarquização. E  
118 desta forma, O Projeto de Monitoramento do Rio São José dos Dourados foi classificado como  
119 demanda induzida, ou seja, já tem recursos financeiros reservados para ele, independente da  
120 pontuação dos Projetos. Se somarmos todos os projetos classificados e pontuados, teremos  
121 R\$ 1.771.583,00 em recursos, então acreditamos que todos estes projetos aqui classificados  
122 serão contemplados e talvez tenha até sobra de recursos, e neste caso deverá ser feito  
123 abertura de novos prazos para entrega de projetos. Dentro do programa de **Gestão de**  
124 **Recursos Hídricos** temos: Suzanápolis, Floreal, São João de Iracema e Rubinéia, todos eles  
125 apresentaram proposta de Plano Municipal de Saneamento Básico, e estas quatro Prefeituras  
126 foram pontuadas pela ordem apresentada na página 4 da Deliberação impressa. O Programa  
127 **Estudos e Projetos**, o que mais teve projetos apresentados, temos: Palmeira D'Oeste(1),  
128 Marinópolis(1), São João das Duas Pontes(1) , São João de Iracema(1), Floreal(1), Aparecida  
129 D'Oeste(2), Auriflama(2) e Rubinéia(1), somando um total de R\$ 779.357,67. No Programa  
130 **Serviços e Obras**, tivemos apenas dois projetos pontuados e aprovados, sendo eles: Santa  
131 Salete (2ª fase de instalação de fossas sépticas biodigestoras) e Guzolândia (implantação de  
132 galeria de águas pluviais), perfazendo um total de R\$ 175.059,67. A demanda induzida é o  
133 Sindicato Rural de Santa Fé do Sul, que equivale a R\$ 446.5800,00 para o Monitoramento  
134 Hidrológico do Rio São José dos Dourados e o Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em  
135 Recursos Hídricos, equivalente a R\$ 21.000,00 somando um total de R\$ 467.580,00 para a  
136 demanda induzida. Como já falado, somando-se tudo, temos um **total de R\$ 1.771.583,00** e  
137 sendo assim, acreditamos que todos esses projetos hierarquizados serão contemplados pelo  
138 Comitê. Referente aos Projetos inabilitados, a Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul:  
139 “Projeto de Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico” não foi habilitado com a  
140 justificativa de que não apresentou cartão CNPJ, declaração da Câmara de posse do Prefeito  
141 e valores na planilha orçamentária em desacordo com o anexo do MPO (Manual de  
142 procedimentos operacionais). Dentre os critérios estabelecidos na Deliberação para análise  
143 dos Projetos, no parágrafo VI do artigo 10º estabelece que a não apresentação de qualquer  
144 uma das certidões como de qualquer um dos documentos relacionados nos anexos de I a IV  
145 desta deliberação, e também dos anexos do MPO implicará na desclassificação automática do  
146 Tomador, não cabendo em hipótese alguma recursos. Então estes projetos foram  
147 desclassificados em função do não atendimento deste artigo da deliberação aprovada na  
148 última assembléia. Continuando, a explanação dos Projetos inabilitados, a Prefeitura de  
149 Sebastianópolis do Sul, tendo dois Projetos, “Plano Municipal de Saneamento Básico” e  
150 “Plano de Macrodrenagem Rural”, não apresentou as CNDs de débitos trabalhistas, fundo de  
151 garantia e comprovante de pagamento da ART, ou seja, o engenheiro que fez o projeto  
152 anexou a ART mas faltou seu comprovante de pagamento, além do ofício de encaminhamento  
153 do Projeto e assinatura do Prefeito na ficha resumo, ou seja, faltou bastante itens nesse  
154 Projeto. Referente a Suzanápolis, Projeto de Implantação do Sistema de Galerias de Águas  
155 Pluviais, a Prefeitura não apresentou no projeto o detalhamento dos trechos a serem





# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

156 executados e os já existentes, na planilha orçamentária constam itens em duplicidade e  
157 dimensão dos tubos com unidades erradas e para uma melhor análise não constou no  
158 Projetos, os estudos hidrológicos da sub-bacia, para dimensionamento da tubulação.  
159 Referente a Prefeitura Municipal de Jales, Projeto do Aterro Sanitário de Resíduos  
160 Domiciliares, compra da manta que reveste o solo, a Câmara Técnica solicitou um parecer  
161 jurídico informando as especificações técnicas do contrato da Prefeitura com a empresa que é  
162 terceirizada, que faz a coleta de lixo, sobre a questão da compra da manta de  
163 impermeabilização do aterro, pois a Câmara Técnica ficou na dúvida se a obrigação de  
164 compra desta manta era da Prefeitura ou da Empresa que faz a gestão do Aterro sanitário, e  
165 por isso foi pedido um parecer da Consultoria jurídica da Prefeitura e a mesma não  
166 apresentou. O eng<sup>o</sup> José Roberto Bois comentou que esse caso foi muito desgastante pra ele  
167 que é da Prefeitura de Jales, inclusive ele recebeu uma ligação naquele momento  
168 perguntando como se fazia este parecer, sendo que o prazo para a entrega do mesmo já foi  
169 esgotado e eles entenderam que era sua responsabilidade a não entrega deste parecer,  
170 sendo que, sendo ele da Câmara Técnica não analisou o Projeto por questões éticas, e  
171 mesmo assim acharam que ele deveria dar um jeitinho para resolver este Projeto para Jales,  
172 no entanto, salientou que a Câmara Técnica é imparcial. Continuando a explanação dos  
173 Projetos Inabilitados, o eng<sup>o</sup> José Roberto Bois citou também a Prefeitura de São Francisco  
174 que também teve um problema com uma certidão que não foi apresentada dentro do prazo  
175 estipulado e por isso ficaram fora da hierarquização. Esses Projetos Inabilitados somam um  
176 total de R\$ 947.409,51. Finalizando sua fala, o eng<sup>o</sup> José Roberto Bois diz que esse é o  
177 trabalho que a Câmara Técnica fez e apresentou, após várias reuniões com o objetivo de  
178 hierarquizar os Projetos e esta é a proposta da Câmara Técnica para a Assembléia. Com a  
179 palavra o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, diz que antes da votação da  
180 propositura da Câmara Técnica, a Presidência fará um adendo, embora sabendo que tem  
181 pessoas da Câmara Técnica que são contra a abertura de prazo para complementar os  
182 requisitos que faltam. A Câmara Técnica também tem que entender que foi aberto três vezes o  
183 prazo para que todas as prefeituras apresentassem documentos que faltaram. Disse que  
184 estamos trabalhando com a hipótese de R\$ 2.000.000,00 e temos aprovados R\$  
185 1.771.583,00, isso quer dizer que temos um saldo em torno de R\$ 228.417,00. Junto com  
186 essa votação, Dr. Adaulto Luiz Lopes, propõe que se abra até sexta feira, dia 14/03/2014,  
187 somente para as Prefeituras de Sebastianópolis do Sul, Jales, São Francisco, Suzanápolis e  
188 de Santa Fé do Sul para entregar os documentos que faltam a fim de que se complete os R\$  
189 2.000.000,00. Mas deixando claro que, São Francisco e Jales, mesmo apresentando os  
190 documentos, dificilmente serão contemplados porque para completar os dois milhões, têm em  
191 torno de R\$ 228.417,00 e os projetos de ambos, individualmente são acima deste valor. Então  
192 só serão contemplados mais dois projetos que poderiam ser Sebastianópolis do Sul e Santa  
193 Fé do Sul, e para que não se reúna novamente a Câmara Técnica, fica o Secretário do  
194 Comitê autorizado por essa Assembléia, desde que os dois municípios apresentem os  
195 documentos, de incluí-los nessa relação de Projetos habilitados, mas ficando Jales,  
196 Suzanápolis e São Francisco também aprovados. Isso porque a Prefeita de Jales é a  
197 representante do Comitê no CRH e ele tem dito para todo mundo que se deve fazer uma  
198 comissão para ir todos juntos ao CRH para dizer que dois milhões é muito pouco para o  
199 Comitê de Bacia e se a Prefeita de Jales conseguir um aditivo dos recursos financeiros, os  
200 dois Projetos serão contemplados. O Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, coloca  
201 a proposta em discussão. Pede a palavra Neli Antonia Meneghini Nogueira, EDR/Jales, e diz  
202 que em sua opinião, se for abrir prazo de entrega para uma Prefeitura, tem que se abrir para  
203 todas, isso porque ainda não se sabe qual será o montante geral que será enviado e também  
204 porque, se todos se encontram na mesma situação, então todos tem que ter o mesmo direito,  
205 se vai ter recurso ou não, é outro problema, agora não se pode direcionar para uma ou duas  
206 Prefeituras, sejam elas quais forem. Então o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD,



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

207 diz que a Câmara Técnica aprova, e a Assembléia ratifica, mas quem ouve as críticas em São  
208 Paulo, de que o Comitê tem dinheiro e não tem projetos é ele mesmo. Se há condições de  
209 colocar dentro daquilo que se está trabalhando, mais duas Prefeituras, para completar a cota e  
210 não ficar essa conversa na Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de que o Comitê  
211 tem dinheiro e não tem projetos, e ainda existindo a insatisfação dos Prefeitos que não são  
212 contemplados, por que não fazer? O Dr. Adaulto Luiz Lopes, também diz que tudo tem regras,  
213 só que as regras não podem ser tão inflexíveis de modo que não haja acordo. O município já  
214 está sem dinheiro, sem projetos, à mingua e vai devolver recursos que poderiam ser deles. A  
215 eng<sup>a</sup>. Neli Antonia M. Nogueira propôs fazer a hierarquização com todos que apresentaram  
216 projetos, desde que apresentem os documentos faltantes, pois é melhor termos uma carteira  
217 de projetos. O Dr. Adaulto Luiz Lopes, pediu desculpas e diz que errou ao citar apenas duas  
218 Prefeituras, ele quis dizer exatamente o que a eng<sup>a</sup>. Neli Antonia M. Nogueira, EDR/Jales  
219 disse, ou seja, contemplar os seis projetos das cinco prefeituras que foram inabilitados, caso  
220 sejam aprovados e com prazo até 14/03/2014, sexta feira, e a reunião da Câmara Técnica fica  
221 para segunda feira, dia 17/03/2014, às 9 horas da manhã, no Sindicato Rural de Santa Fé do  
222 Sul, se houver acordo. Todos concordaram. Na seqüência, pede a palavra o Prefeito de Ilha  
223 Solteira, Bento Carlos Scaboza, que cumprimentou a todos e disse que por ser inexperiente  
224 em relação a pedido de recursos, não apresentou nenhum projeto neste ano de 2014 ao  
225 Comitê, mas no ano passado foram contemplados em dois projetos, mas nesse ano ficaram  
226 sem projeto e sem o benefício e sendo assim, com essa abertura de novas oportunidades,  
227 perguntou se há possibilidade da PM Ilha Solteira apresentar projeto, ou seja, se há abertura,  
228 eles também poderiam participar, dentro dos critérios normais do Comitê. Com a palavra o  
229 Prefeito de Santa Fé do Sul, Sr. Armando Rossafa Garcia, cumprimentou a todos, e enfatizou  
230 que na busca de recursos financeiros, quem deve fazer são os interessados e, neste caso,  
231 somos nós mesmos, se Maomé não vai até à montanha, a montanha vem até Maomé. Então  
232 sugeriu que seja nomeada uma comissão com alguns prefeitos, sendo ele o primeiro a  
233 encabeçar a comissão, para que se busque os recursos financeiros, pois estão perdendo  
234 projetos de interesse deles mesmos. Então, o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-  
235 SJD, disse que tem dito isso, que se todos os prefeitos do Comitê da Bacia forem na  
236 Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos resolver esses problemas, ou seja, podem  
237 conseguir mais recursos. Comenta também que ele e o eng<sup>o</sup> Eli Carvalho Rosa - Secretário  
238 Executivo do CBH-SJD, não conseguem ter a informação de como é calculado o montante  
239 que o Comitê arrecada e faz mais ou menos quatro anos que estão arrecadando o mesmo  
240 valor que é algo em torno de dois milhões. Então há duas propostas, a da presidência que é  
241 para abrir o prazo até sexta feira que vem, (14/03/2014) a todos aqueles que foram  
242 desclassificados para completar dois milhões de reais e o restante ficar na espera se vai ter ou  
243 não mais recursos. A segunda proposta é a do Prefeito de Ilha Solteira, de que seja aberto  
244 prazo também para as Prefeituras que ainda não apresentaram Projetos neste ano. Pede a  
245 palavra o Sr. Antonio Carlos Aparecido de Ehrenberg da CESP e diz que nessa questão de  
246 abertura de prazo, conforme foi colocado, há prefeituras que podem ficar fora por causa da  
247 indisponibilidade dos recursos, devido ao valor destinado ao Comitê ainda não estar definido.  
248 Corre-se o risco, por exemplo, da Prefeitura de Jales apresentar um bom projeto, pode ser até  
249 o primeiro projeto, mas em termos de pontuação ficar de fora, ou seja, na hierarquização ficar  
250 sem contemplação de recursos. Já que vai ser aberto este prazo para as prefeituras se  
251 adequarem, em termos de documentação, Antonio Carlos Aparecido de Ehrenberg, acha que  
252 a prefeitura poderia aumentar sua contrapartida de maneira que ela fique com valor  
253 compatível para ser contemplada dentro do montante, porque pode ser um projeto muito bom  
254 e que pode gerar benefícios para a Bacia Hidrográfica, e se ela assumir um valor maior de  
255 contrapartida poderia também concorrer em igualdade com os outros. Neste momento, o Dr.  
256 Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, salienta que, por enquanto, não tem nenhum  
257 prazo em aberto, ainda é uma discussão e para que todos entendam, principalmente os



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

258 prefeitos, o problema da PM de Jales é que faltou um Parecer Jurídico, informando ao Comitê,  
259 se a empresa contratada pela prefeitura, tem a responsabilidade ou não de comprar a manta  
260 de geomembrana a ser instalada no aterro sanitário. Mas, concluindo, a primeira proposta é  
261 que se abra prazo somente para os projetos já apresentados e a segunda proposta, do  
262 Prefeito de Ilha Solteira, é de que abra para todos. O Dr. Adaulto Luiz Lopes diz que não  
263 concorda que abra para todos porque o prazo deveria ser maior nesse caso, seria necessário  
264 mais reuniões da Câmara Técnica, e estamos em ano político e ano de jogos da Copa do  
265 Mundo e por isso se torna necessário a agilização das decisões para que não percamos os  
266 recursos do FEHIDRO. Então, o Dr. Adaulto Luiz Lopes, abre a primeira votação perguntando  
267 quem é a favor de que se abra somente para os que faltavam documentos até sexta feira que  
268 vem (14/03/2014), que ergam a mão. Foram contados doze votos, e concluiu-se que é a  
269 maioria. Em seguida, perguntou-se quem é a favor da proposta do Prefeito de Ilha Solteira e  
270 que se manifestasse erguendo as mãos. Apenas um voto, ou seja, doze contra um. Então se  
271 declarou aberto o prazo até o dia 14/03/2014, até às 17 horas, para entrega das  
272 complementações/atualizações de documentos dos projetos já apresentados, no CBH-SJD em  
273 Jales e a Câmara Técnica convocada para analisar os projetos, no dia 17/03/2014, segunda  
274 feira, às 09h30min horas em Santa Fé do Sul, no Sindicato Rural. O Dr. Adaulto Luiz Lopes  
275 declara que a palavra está aberta para quem queira expor outros assuntos e com a palavra, o  
276 Prefeito de Ilha Solteira, Bento Carlos Scaboza, diz que à respeito de Jales e São Francisco  
277 extrapolar os valores que se acredita estar faltando para completar os dois milhões, faz uma  
278 observação de que, caso consigam tais recursos, que os mesmos não sejam descontados do  
279 montante do próximo ano. O Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD responde para  
280 que ele fique despreocupado pois, ele também, não concorda com isso, e quanto ao pedido no  
281 CRH para que o montante seja aumentado deve-se ir todos juntos, os vinte e cinco prefeitos.  
282 Com a palavra, o Prof. Jefferson Nascimento de Oliveira, UNESP/ Ilha Solteira, cumprimenta a  
283 todos e diz que quer esclarecer para os Prefeitos que a verba não cresce porque não fazem o  
284 dever de casa, ou seja, não atingem os critérios de pontuação estabelecidos pelo CRHi. Diz  
285 que muitos ali presentes não o conhecem, mas ele está neste Comitê há um certo tempo, já  
286 saiu e voltou algumas vezes e agora está em outros setores também. Então é o seguinte, tem  
287 que ter uma hierarquização de pontuação, por exemplo, a questão da cobrança da água,  
288 enquanto todos os Comitês de São Paulo, ou grande maioria deles, já têm a cobrança da água  
289 o CBH-SJD não tem. Enquanto todos os Comitês de São Paulo tem o monitoramento, o CBH-  
290 SJD não tem. Se fizerem todo o dever de casa, ao longo do tempo conseguirão mais recursos  
291 naturalmente, não adianta irem lá e falar com o Secretário, mas se fizerem tudo direito,  
292 poderão conseguir mais verbas, no ano que vem, não em 2016 mas, quem sabe depois das  
293 Olimpíadas em um valor de três milhões ou três milhões e meio. Em Brasília é comentado que  
294 este Comitê, desde o início, não avança, isso porque segundo em vosso julgamento, muitos  
295 projetos são ruins, ou seja, contêm erros grosseiros e muitas vezes, mesmo depois de  
296 pedirem correção dos erros, eles são devolvidos com os mesmos erros. Então, os Prefeitos  
297 não podem gastar dinheiro público com projetos ruins contratando mão de obra que apenas  
298 vende o projeto garantindo que o mesmo será aprovado, sendo que não é assim que funciona.  
299 Sabe-se que isso ocorre devido à ganância de muitos profissionais e devido a falta de  
300 capacitação técnica das Prefeituras que têm pressa em receber as verbas, que não é verba  
301 carimbada, pois essa verba é licita, ou seja, não é solicitada para nenhum deputado. Se o  
302 Projeto é bom ele é aprovado. Então o que se pede para os Prefeitos é que prestem atenção  
303 nesta questão técnica dos projetos, pois os mesmos estão vindo muito ruins, e isso é contínuo  
304 e precisa mudar na Câmara Técnica. O Prof. Jefferson Nascimento de Oliveira, diz também  
305 que não concorda com o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, sobre retirar o engº  
306 Eli Carvalho Rosa - Secretário Executivo do CBH-SJD da Câmara Técnica, pois o mesmo não  
307 analisa os projetos e sim ajuda na condução das reuniões da Câmara Técnica, não exercendo  
308 nenhuma influência nas análises desses projetos, por isso, não concordo com essa proposta.



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

309 Por exemplo o eng<sup>o</sup> José Roberto Bóis - Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e  
310 Avaliação (CTPLA), assim como o eng<sup>o</sup> Eli Carvalho Rosa se isentam quando faz essa  
311 relação. O eng<sup>o</sup>. Eli Carvalho Rosa não fica julgando os projetos, ele faz a hierarquização dos  
312 projetos e conhece as Leis, e precisamos de técnicos capacitados dentro da Câmara Técnica .  
313 Com a palavra, o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, diz que se precisamos de  
314 técnicos , nós temos , cada Prefeitura pode indicar, mas se formos discutir isso a fundo,  
315 vamos começar a discutir a faculdade também, porque tem um monte de Engenheiro  
316 Agrônomo aqui, um monte de Engenheiro Civil, e um monte de Veterinários que podem fazer  
317 parte da Câmara Técnica e não podemos negar. Quanto ao eng<sup>o</sup> Eli Carvalho Rosa, eu me  
318 entendo com ele, mas a situação de que uma mesma pessoa faça projetos e seja da Câmara  
319 Técnica é complicada. Por exemplo, quando a PM de Palmeira D' Oeste apresentou um  
320 recurso junto ao Comitê, ela não se dirigiu a nenhum membro da Câmara Técnica ou a quem  
321 fez o projeto, ela se dirigiu à Presidência do Comitê de Bacia e apresentou vários argumentos  
322 inclusive testemunha. Depois vieram a PM de São Francisco e a PM de São João de Iracema,  
323 ou seja, o problema vem em sua mão. Sabe-se que as Prefeituras têm dificuldades sim, e por  
324 isso já teve até resolução interna em que se dava recursos antes, para fazer projeto e quem  
325 pegava para fazer os projetos eram as mesmas pessoas que estavam aqui e isto é querer nos  
326 enganar. Deve-se ser coerente, se tem que adiar em uma semana, adia-se, mas de forma  
327 ciente da situação, sabendo do ano de eleição e jogos da copa do mundo e fazendo para que  
328 todos sejam contemplados. O que foi feito no ano passado tem que servir de lição, pois  
329 poucos foram os Prefeitos (tomadores) que assinaram convênio do que foi aprovado. Com a  
330 palavra, a Dr<sup>a</sup>. Nilza Bozeli Cezari, Prefeita de São João das Duas Pontes, perguntou, a título  
331 de curiosidade, que estamos perdendo pontuação estabelecida pelo CRHi porque não fizemos  
332 o monitoramento hidrológico do Rio São José dos Dourados e onde mais estamos perdendo  
333 pontuação e o que se pode melhorar para conseguirmos mais recursos financeiros. O Dr.  
334 Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, respondeu que um dos itens de maior pontuação  
335 é a cobrança pelo uso da água, que tem que se fazer já. Finalizando, o Dr. Adaulto Luiz  
336 Lopes, Presidente do CBH-SJD, diz que se não há mais manifestações, agradeceu a presença  
337 de todos e concluiu que achou a reunião muito boa pois, cada um disse e desabafou o que  
338 achou necessário e tomou-se decisões que precisavam ser tomadas. Aqueles que vão  
339 apresentar projetos serão comunicados quanto ao prazo que se encerra no dia 14/03/14 às 17  
340 horas, no CBH-SJD em Jales, e a Reunião da Câmara Técnica para análise destes projetos  
341 será no dia 17/03/14 às 09h30min horas no Sindicato Rural de Santa Fé do Sul. Com a  
342 palavra, o eng<sup>o</sup> Eli Carvalho Rosa - Secretário Executivo do CBH-SJD, pergunta se há algum  
343 representante de Suzanópolis e Sebastianópolis do Sul e não havendo representantes explica  
344 a necessidade de avisá-los do prazo de entrega dos documentos faltantes, o que será feito  
345 pela secretaria executiva do CBH-SJD. O Dr. Adaulto Luis Lopes, em nome do Comitê  
346 agradeceu a presença de todos e desejou um bom final de semana à todos encerrando assim  
347 a 43<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CBH-SJD.